

O CAPITALISMO E A CRÍTICA À ECONOMIA POLÍTICA EM MARX: UM RESGATE DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO CEARÁ

*Virginia Márcia Assunção Viana
Flávio Gondim Viana*

Introdução

O processo de industrialização e do modo de produção capitalista em sua dinâmica histórica e na crítica marxista norteia as análises deste artigo no sentido de investigarmos a relação e interferências da expansão da indústria no desenvolvimento social e econômico das cidades.

Em princípio, entendemos haver uma dinâmica histórica que marca a manutenção e/ou redefinição das estratégias do trabalho e do modo de produção. Portanto, a transformação do trabalho manual com base no ofício para o trabalho industrial com a criação da manufatura, através da mudança do feudalismo para o capitalismo, e as alterações no modo de produção fordista para o taylorista, tem motivações econômicas, sociais e políticas que vão para além de mudanças focais das técnicas e estruturas de trabalho.

De acordo com Castells (1983), para saber mais sobre as questões que se relacionam às cidades, basta analisar em que estágio estão os modos de produção adotados por seus habitantes. A dimensão cultural como destaca Santos (1999), por exemplo, sinaliza o resultado da atividade dos homens sobre o seu espaço, onde se reproduzem formas diferenciadas de forças produtivas concretas concebidas através do conhecimento.

De toda forma, é consenso que o desenvolvimento da industrialização foi e, ainda é, determinado pelo dinamismo do capitalismo. Desencaixá-lo da ordenação urbana e social é

impossível. Mesmo que a necessidade de acúmulo de capital, a ampliação de mercado e as conquistas tecnológicas se distanciem de contextos locais de interação, o processo industrial, inclusive a desindustrialização, continua influenciando o desenvolvimento das atividades capitalistas no espaço urbano.

A partir destas considerações, apresentamos este artigo com o objetivo de contribuir com argumentos que organizem as ideias sobre o modo de produção capitalista e suas características em torno da relação industrialização/desenvolvimento, os debates na questão urbana e no contexto da sociedade capitalista brasileira, em especial no Ceará. A proposta busca, também, desmistificar a concepção da industrialização e o projeto de modernidade como único caminho possível ao desenvolvimento e garantia de melhores condições de sociabilidade.

A perspectiva crítica de Marx, no texto “Introdução à Crítica da Economia Política”, fundamenta as discussões deste artigo, pois regata a atualidade das análises marxistas sobre as categorias econômicas (dinheiro, mercadoria, salário...) através da sugestão do método da teoria crítica, que subsidia o entendimento sobre o capital em toda sua dinâmica histórica, social, econômica e política, em especial, no contexto da industrialização, seja com o modo de produção fordista, taylorista ou de acumulação flexível.

A história da industrialização no Brasil como economia dependente e a experiência fabril do Ceará é pautada neste texto apresentando-a, desde o início, como submetida às regras do capital mundial. A princípio, com as atividades da pecuária, do plantio de algodão, mamona, oiticica e a instalação de maquinário para extração de óleos, indo além com as fábricas de calçados, de tecidos e indústrias têxteis e, atualmente, em diversos ramos de produção e serviços, que estejam em sintonia com as necessidades do mercado capitalista mundial.

O Processo Histórico da Industrialização no Contexto de Expansão do Capitalismo

O impulso industrial é uma das principais causas do desenvolvimento.
(FURTADO, 1962. p. 52).

A expansão do capitalismo é marcada por uma história de contradições e antagonismos entre as classes sociais, burguesia e proletariado, que vai se ajustando às suas condições concretas de sobrevivência de acordo com seus interesses. O processo da industrialização, como um momento de reprodução do capitalismo, surge num contexto de afirmação da burguesia como classe dominante, detentora dos meios de produção, ao mesmo tempo em que agudiza as desigualdades sociais provocadas, principalmente, pela exploração do trabalho humano.

Do ponto de vista histórico, a industrialização moderna iniciou-se na Inglaterra, no século XVIII, passou pela Europa e espalhou-se pelo mundo afora. As primeiras indústrias precisavam estar próximas das suas matrizes energéticas à base de carvão mineral com minas fora do perímetro das cidades. A partir do uso dos trens de ferro, as indústrias passaram a se localizar nos grandes centros urbanos facilitando o uso da mão de obra, que estava na cidade, e o comércio dos produtos no mercado consumidor.

A indústria fundamentava-se conceitualmente como o processo de transformação de algum material bruto em outro manufaturado através do uso dos meios tecnológicos. Desde as cidades pré-industriais já eram perceptíveis as grandes transformações na estrutura das cidades em virtude dos processos de trabalho. Se antes, dentro do modelo medieval de cidade, a casa era ao mesmo tempo moradia e lugar de trabalho, com a industrialização ocorre a separação dos espaços de residência



e de trabalho. As mudanças e evolução fizeram surgir novos setores – zonas industriais, bairros fabris e favelas –, e, ainda, inovações nos transportes e nas regras do mercado imobiliário, mudança de hábitos da população e nas relações de vizinhança, poluição, aumento da criminalidade etc.

Desde as raízes do capitalismo o antagonismo entre as classes sociais – burguesia e proletariado – é ideologicamente escamoteado, sendo a luta de classes identificada como um fenômeno natural, irreversível e necessário para o desenvolvimento e progresso do sistema capitalista, inclusive no sentido de se aperfeiçoar e conter suas “distorções”. Assim, perceber as diferenças dos interesses entre as classes sociais sugere a desmistificação do processo de desenvolvimento social como garantia de “um projeto de modernidade” com suas bases na industrialização e capitalismo. Essas não são as únicas forças dinâmicas que geram o desenvolvimento, elas estão aí para servir ao homem, como seu principal agente e ao seu habitat, conseqüentemente, aos interesses das classes sociais e as formas concretas de seus enfrentamentos e disputas políticas.

A industrialização para Castells (1983), também revela que esta “novidade” traz danos para a vida social, portanto, o autor critica as mudanças com a indústria ao mencionar que:

O desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim o seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos. (p. 45).

Mesmo que as mudanças ocorridas nesses últimos três séculos tenham desviado os hábitos das antigas sociedades, algumas dentre essas descontinuidades ainda se mantiveram entre o tradicional e o moderno. A religião e a língua são

alguns desses elementos culturais que se mantêm estáveis ou são renovados numa velocidade bem mais lenta que as impactantes tecnologias que nos surpreendem a cada dia.

Um exemplo diferente é a cidade. Embora ela se desenvolva dando uma ideia de continuidade e expansão de alguns locais tradicionais seu desenvolvimento termina sendo orientado segundo as atividades produtivas da sua sociedade. Nesse sentido, basta notar que quando as fábricas cativaram a mão de obra rural, com elas cresceram também o comércio e os serviços em geral.

O desenvolvimento de uma região através da industrialização para os capitalistas deve ser uma via de mão única. A “modernidade” que alguns grupos empresariais buscam para fortalecer seus interesses, não se aplica como qualidade de vida nem como qualidade espacial permanente para todos. Essas conquistas passam por um constante processo de reorganização espacial de base política, através de planejamentos e intervenções sob o comando das classes dominantes.

Na América Latina, a “desorganização” da sociedade rural, nas primeiras décadas do século XX, fez com que a transferência das populações rurais em busca de vagas no setor terciário da cidade grande, fosse mais significativa para o processo de centralização populacional, que as ligações da urbanização com a industrialização.

Há uma relação intrínseca entre a dimensão urbana e a indústria e, não se pode esquecer, que mesmo sendo a industrialização a principal responsável pela urbanização, esse processo se alimenta das trocas entre uma sociedade com outras externas em distintos níveis de cultura, tecnologia e economia. Nas palavras de Villaça: “Não existe transformação social sem a participação do espaço, e não existe transformação do espaço sem a transformação social.” (2012, p.15).



As crises cíclicas do capitalismo antecipam as redefinições necessárias para a manutenção do controle das classes dominantes desde as mudanças do feudalismo para o capitalismo. No próprio contexto do capitalismo, presenciamos as mudanças internas do modo de produção como formas de enfrentamento a estas crises e, ressaltamos a crise do Taylorismo/Fordismo, o surgimento do Toyotismo e da reestruturação produtiva com a Acumulação Flexível, motivadas pela redução do poder norte-americano no sistema financeiro internacional. As determinações mais significativas deste processo, dentre outras, foi a formação do eurodólar e a desvalorização do dólar, a contração do crédito¹, a diminuição da demanda efetiva e a precarização dos contratos sociais de trabalho.

O longo período de expansão do pós-guerra implanta o Fordismo-Keynesianismo² fundado no controle do trabalho, no incremento das tecnologias, no fortalecimento dos hábitos de consumo, e assim, configura novas relações de poder político-econômico, em que o estado subsidia a classe dominante. Atualmente, as corporações transnacionais representadas pelos grandes capitalistas construíram uma divisão geopolítica do mundo e dão o comando da produção e reprodução do ca-

¹ Os períodos mais significativos da contração de créditos, que fazem impactar a viabilidade da acumulação do capital, foram: o final da década de 1920, meados de 1960, início dos anos de 1970 com a crise fiscal e de legitimação do Estado em sua versão Neoliberal e final dos anos de 1990. Já nos anos iniciais do século XXI, no início dos anos 2000 há a crise financeira do capitalismo central nos Estados Unidos e nos países europeus.

² O Fordismo-Keynesianismo pode ser considerado uma estratégia de aperfeiçoamento e enfrentamento à crise do capital no período pós-guerra a partir da grande depressão dos anos 1930. A lógica era construir um planejamento estatal racionalizado em que o Estado implementaria políticas sociais subsidiando os capitalistas com a prestação dos serviços aos trabalhadores e reduzindo os custos sociais das indústrias e empresas com benefícios e obrigações a partir das relações com o trabalho. Mais esclarecimentos Harvey (1983), Behring (2003).

pital com a mundialização do controle econômico e sociopolítico mapeado pelos países centrais do capitalismo. É cada vez mais nítida a superação da concorrência entre os capitalistas, que dá lugar as fusões das riquezas e exploração de atividades produtivas e mercados globais.

Harvey (1983) destaca que, nos dias atuais, a desorganização aparente do sistema capitalista com a flexibilização do trabalho, a instalação de parques industriais em territórios jamais explorados pelo capital entre outros sinais de aperfeiçoamento da engrenagem do capital, não interfere no processo da acumulação destes capitalistas, visto que estão sob total controle das corporações transnacionais. Os estados nacionais passaram a obedecer às regras internacionais do capital implementando “reformas” (ou “contrarreforma”³) e privatizando a prestação dos serviços públicos, tais como o sistema previdenciário, de educação e de saúde, além de proporcionar aumento das alíquotas de arrecadação dos contribuintes e isentar os grupos econômicos de suas obrigações fiscais.

A Crítica à Economia Política em Marx e o Contexto da Industrialização Capitalista

O debate sobre a industrialização nos remete as análises de Marx em “Contribuição à Crítica da Economia Política” em que contesta os estudos dos economistas clássicos Adam Smith e Ricardo sobre a produção material, o consumo, a distribuição e a troca no contexto da sociedade burguesa.

A trajetória dos estudos de Marx se fundamentou nas pesquisas sobre a sociedade moderna, desde a ordem feudal do século XVIII ao XIX na Europa Ocidental, e em específico

³ Mais informações sobre o significado de “contrarreformas” ao invés de reformas, em Behring (2003).

a sociedade burguesa em sua gênese, consolidação, desenvolvimento e condições de crise no modo de produção capitalista. Segundo Netto (2009), Marx passa em torno de quarenta anos construindo suas análises que estão expressas nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 e culmina com um vasto material consolidado para *O Capital*. No processo da pesquisa Marx percorre três eixos analíticos em seu pensamento: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês.

No primeiro eixo, da Filosofia Alemã, faz críticas ao pensamento de Hegel com base em seus estudos sobre a “Fenomenologia do Espírito”, e através dos escritos da “A sagrada família ou “A crítica da crítica crítica” (1845), dos “Manuscritos econômico-filosóficos” (1844) e “A ideologia alemã” (1845-1846), só publicados em 1932, ambos em construção com Engels. Estes estudos revelam que suas afirmações não partem do que os homens dizem ou imaginam, mas do que eles são na realidade como sujeitos ativos, de “pés no chão”, fincados em ações concretas da vida em seu processo cotidiano. Daí a assertiva: “A consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels, 2007 Apud Netto, 2009).

O segundo e o terceiro eixos do pensamento de Marx, destacados por Netto (2009), nos remetem às análises sobre a economia política e o socialismo francês. *Miséria da Filosofia* (1847) pode ser destacado como um livro que desenvolve as ideias da crítica à economia política, pois centraliza as polêmicas com Proudhon em sua obra *Filosofia da Miséria* (1846), refletindo que Proudhon não interpreta as instituições sociais como resultante da história, e, assim, não identifica suas origens e desenvolvimento. Nas críticas aos economistas polí-

ticos, Marx avança nos estudos sobre a sociedade burguesa priorizando as discussões sobre a história, a sociedade e a cultura numa perspectiva do homem como ser social inserido numa sociabilidade resultante do trabalho. Sendo o trabalho pensado como o atributo que constituirá a práxis, na perspectiva da superação e transformação social, pois entende que a vida social é perpassada de contradições e antagonismos, ao mesmo tempo em que é possível em suas entranhas construir caminhos de superação, autonomia e emancipação humanas.

A proposta de articular as discussões sobre a industrialização com as análises marxistas neste artigo nos remete ao texto “Introdução à Crítica da Economia Política” (1857) inserido na obra “Contribuição à Crítica da Economia Política” de Marx, por nele termos um convite ao pensamento crítico em torno da produção e riqueza socialmente construída. Nele temos, também, a oportunidade de desvelar a ideologia burguesa contida nos argumentos dos economistas clássicos, de como concebem as determinações históricas a partir das necessidades da burguesia dominante e como buscam legitimá-las como verdade dada, incontestável e absoluta.

É, neste texto que Marx suscita o debate sobre o *Método da Economia Política* e propõe o método da teoria social crítica. A pretensão não é de abordar as técnicas metodológicas como amarras ou o centro da discussão, mas revelar um caminho de investigação da realidade que nos permita ultrapassar as constatações aparentes e, num movimento de sucessivas abstrações, sintonizadas às múltiplas determinações da vida social, potencializar o conhecimento com novas referências, numa perspectiva de transformação, por uma ordem social ligada às necessidades da classe trabalhadora. Do debate sobre a compreensão do método em Marx são priorizadas duas ideias fundamentais, a das *categorias econômicas* e a das *relações*

de produção, tendo em vista que ele quer aprofundar suas análises sobre as formas históricas de produção material, mais especificamente, a “produção burguesa moderna”.

No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (2008) Marx destaca que é na Economia Política que se encontra a anatomia da sociedade burguesa e de um estudo realizado em Paris e em Bruxelas revela que:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. [...]. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...] De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então uma época de revolução social. (MARX, 2009. p. 47).

Netto (2009) enfatiza que a elaboração da “Introdução” se deu num contexto de maturidade de Marx em torno de suas pesquisas sobre a sociedade burguesa intensificada com seu exílio a partir de 1850 em Londres, somada às experiências da Revolução Francesa de 1848 e tantas outras reflexões junto aos trabalhos na imprensa e no movimento político da sociedade europeia. Teve a oportunidade de na *City*, na sede do maior centro financeiro do capitalismo àquela época, acompanhar as manifestações das classes sociais (burguesia e proletariado), estar atualizado com as análises da imprensa,

com a biblioteca do *British Museum*, possibilitando-o definir seu objeto de estudo e método de investigação.

Portanto, diferentemente dos economistas clássicos Marx questiona se a população deve ser o ponto de partida para as análises em torno da Economia Política, tendo em vista que é uma abstração se não a considerarmos com todas as suas determinações, tais como o trabalho assalariado, a divisão de classes sociais, as diferenças entre campo e cidade, os diversos ramos da produção etc. Para Marx, a produção material, como seu objeto de estudo, só pode ser resultante de “indivíduos produzindo em sociedade”, por isso descarta a ideia de indivíduos isolados no exercício das atividades econômicas e entende a “produção em geral” como abstração, pois apenas revela um fenômeno comum a todas as fases da história, sendo sempre um mesmo sujeito, a humanidade ou sociedade, e um mesmo objeto, a natureza. Destaca que é preciso não deixar perder a historicidade como via analítica para não correr o risco de eternizar o tempo, a história, por isso delimita suas análises, como já mencionamos, à “produção burguesa moderna”.

Marx, então, segue no sentido de analisar o modo como se produz a riqueza material, a fim de não se saciar de forma superficial e não deixar de alcançar a totalidade que envolve o conhecimento sobre a sociedade burguesa, em sua organização econômica, mas, também, em suas instituições sociais, políticas e culturais. Portanto, compreende que a riqueza material não está apenas na produção, mas na distribuição, na troca e circulação (como referência ampliada da troca) e no consumo; sendo assim, partes de uma mesma unidade, que não os tornam idênticas, mas com diferenças numa mesma totalidade.

Continua seus argumentos de que os economistas do século XVII começam suas análises pelo todo vivo – a nação, a população, o Estado –, contudo só chegam às relações gerais

abstratas, tais como a divisão do trabalho, dinheiro, valor que, como elementos isolados dão sentido aos sistemas econômicos. Por isso, contesta seus métodos e defende que:

Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto pensado representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a este ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente Economia Política [...] O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008. p. 258 e 259).

A questão importante trazida por Marx é que as categorias simples que decorrem das abstrações analisadas numa dinâmica de “idas e vindas” não partem, apenas, do conhecimento dado, mas das descobertas viabilizadas pelas análises das múltiplas determinações. Mesmo que ainda estejam caóticas, são determinações da realidade construídas historicamente e modificadas na dinâmica e fluxo da vida cotidiana social. O exemplo do dinheiro e do trabalho no texto da “Introdução à crítica da economia política” revela que estas categorias diferenciam de sentido quando vistas historicamente. Na antiguidade o dinheiro já existia, mas não como elemento dominante nas relações econômicas, mesmo entre gregos e romanos, sen-

do um pouco mais importante em nações comerciais, assim, os impostos e entregas de produtos eram os fundamentos principais daquelas sociedades. Contudo, é na sociedade burguesa, e em especial nos Estados Unidos, que o sistema do dinheiro assume o caráter comercial, imprescindível ao contexto histórico desta época. Assim, para Marx:

Embora a categoria mais simples tenha podido existir historicamente antes que a mais concreta, não pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, interno e externo, senão a formações sociais complexas, enquanto que a categoria mais concreta se achava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos avançada. (MARX, 2008, p. 262).

Da mesma forma, o trabalho é uma categoria simples e tem uma concepção muito antiga, mas em seu sentido geral, na acepção econômica o “trabalho” é uma concepção moderna, assim como são suas condições e relações abstratas. Marx menciona que houve um grande avanço quando se reconheceu que a fonte da riqueza não está no sistema e objeto manufaturado ou comercial, mas no trabalho subjetivo destas atividades. Inclusive, referencia Adam Smith quando considera o trabalho “puro e simples”, “não o trabalho manufatureiro, não o comercial, não o agrícola, mas tanto uns quanto os outros” (MARX, 2008, p. 262). Assim, o entendimento do trabalho em geral, visto como trabalho passado e realizado passou por uma transição difícil que fez até Smith cair em um sistema fisiocrático.

Ou seja, as categorias mais abstratas são também determinadas historicamente, por isso tem uma validade compreendida dentro do limite das suas condições históricas concretas. “A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada.” (MARX, 2008, p. 264), com isso Marx indica que na economia burguesa tem-se a

chave de compreensão da economia da antiguidade, contudo não sob a lógica dos economistas que não consideram as diferenças históricas e idealizam a condição burguesa em todas as sociedades.

Enfim, Marx compreende que há uma lógica racional para análise do modo de produção da sociedade burguesa moderna, considerando que o seu objeto de estudo faz o trajeto de: a) resgatar as determinações abstratas gerais presentes em todas as formas de sociedade; b) tomar as categorias articuladoras da dinâmica interna da sociedade burguesa e de suas classes sociais, “Capital. Trabalho assalariado, propriedade rural. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas, circulação. Crédito (privado).” (MARX, 2008, p. 268); c) compreender a forma de Estado da sociedade burguesa com seus impostos, créditos, a população em sua dinâmica de emigração e como colônias; d) perceber as relações internacionais da produção (divisão do trabalho, câmbio, troca, importações e exportações); e, e) entender o mercado mundial e suas crises.

O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final e ser desenvolvido antes da propriedade rural. Depois de ter considerado separadamente um e outro, deve-se estudar sua relação recíproca. Seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação dominante [...] Não se trata do lugar que as relações econômicas ocupem historicamente na sucessão das diferentes formas de sociedade [...] Trata-se de uma conexão orgânica no interior da sociedade burguesa moderna. (p. 267).

Nestas considerações analíticas de Marx percebemos que a industrialização, enquanto centralidade do capitalismo

industrial surge como uma necessidade de produção e acumulação do capital, que não se limita a redefinição de técnicas e estratégias do trabalho produtivo, indo além e propondo uma sociabilidade humana sob o controle da classe dominante. Vale enfatizar que não se redefine, apenas, o modo de produção do sistema, mas se imprime uma ordem social com valores, modos de ser, dinâmicas ideoculturais, comportamentos individuais e coletivos voltados a uma padronização que não contrarie as exigências burguesas.

Em Marx, vemos que todas as determinações são fundamentais para compreender a realidade e suas perspectivas. E, quando não consideramos algumas delas, corremos o risco de delimitar a própria história e condicionar uma visão parcial, a partir de interesses específicos, em uma verdade absoluta, assim como propôs a economia clássica inglesa e, contemporaneamente, os Estados Unidos e os países centrais do capitalismo mundial.

O cenário contemporâneo, que se constrói historicamente, sinaliza que vale à pena resgatar, mesmo que sucintamente, algumas considerações sobre o processo da industrialização brasileira e cearense para termos como articulá-las às críticas marxistas em torno da economia política, num esforço que propomos de reavivá-las na atualidade.

O Processo Industrial no Brasil e no Ceará

A industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro. A industrialização oferecendo empregos urbanos à população rural; esta entrando em êxodo na busca dessas oportunidades de vida. Mas não é bem assim. Geralmente, fatores externos afetam os dois processos, impedindo que se lhe dê uma interpretação linear. (RIBEIRO, 2006, p. 181).



No caso do Brasil e da região Nordeste, em especial o Ceará, há uma especificidade, se considerarmos que a industrialização chega de forma tardia, num território desprovido de infraestrutura urbana capaz de promover uma acumulação “tranquila” e quase sem ônus aos capitalistas. O que a história nos revela é o acirramento da luta de classes, as formas mais indignas de exploração do trabalho humano e as péssimas condições de vida aos trabalhadores e suas famílias no perímetro urbano e rural. A produção humana é cada vez mais dirigida ao monopólio internacional do capitalismo desde as práticas agrícolas, como o plantio da cana e do algodão na fase inicial da inserção da economia brasileira no mercado internacional, e atualmente, com o retorno da produção de matéria prima monocultora da soja e cana-de-açúcar, de forma paradoxal a vigência do capitalismo financeiro.

Como já destacamos, depois da Primeira Guerra Mundial, fortes transformações vão surgindo em diversos países e em níveis também distintos. Algumas delas chegam ao Brasil, por encontrarem uma sociedade já receptiva as novas tendências mundiais. A vida urbana na cidade torna-se mais atrativa e se expande espacialmente. Além disso, a hegemonia política, através do empresariado industrial, se transfere para a cidade, que passa a ser também o palco dos principais movimentos sociais da época: das reivindicações operárias e da emancipação feminina.

A assertiva de Marx, ainda em 1857, é bem atual para as análises sobre o capital contemporâneo, tendo em vista as “novas” formas que o sistema organiza para enfrentar as suas crises cíclicas, e ele já destacava que:

A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda territorial. Em todas

as formas em que domina a propriedade rural, a relação com a natureza é preponderante. Naquelas em que reina o capital, o que prevalece é o elemento social produzido historicamente. Não se compreende a renda territorial sem o capital; entretanto, compreende-se o capital sem a renda rural. (MARX, 2008. p. 267).

O Brasil como uma nação subdesenvolvida e dependente do sistema capitalista internacional até, então, como país meramente produtor de matéria-prima extrativista e agrícola revela uma atmosfera nacionalista que passa a questionar esta condição de subserviência. Neste contexto nacionalista, em 1922, a Semana da Arte Moderna representou um grito de independência cultural e a industrialização passou a representar a voz da independência econômica.

A partir do Estado Novo, ocorreu a ampliação do parque industrial brasileiro tendo como foco a substituição de importações. O *crack* da bolsa americana de 1929 criou a alternativa de levar o capital do setor agroexportador e o de alguns comerciantes de mais sucesso a ser investido no setor urbano-industrial. Nesse mesmo período, o Sudeste ainda nem tinha se consolidado como polo industrial, mas já mostrava sua força política ao se posicionar contrário a financiamentos diferenciados para a lavoura algodoeira nordestina.

Depois da Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o intercâmbio comercial com os Estados Unidos. A ausência de política de investimentos de infraestrutura complementares a industrialização, continuou até 1952, quando surgiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Embora fossem implantadas indústrias mais sofisticadas e também mais rentáveis, como a automobilística e a eletroeletrônica, elas eram filiais de grandes grupos econômicos estrangeiros, cujos controles e capital estavam na matriz. Mas tinham *status* de serem, naquele período, as donas do processo de industrialização do Brasil.

As empresas nacionais das mais modestas as mais tradicionais, chegam à década de 1960 sem poder competir com as multinacionais, algumas vão à falência enquanto outras são vendidas a grupos estrangeiros. A política de Juscelino de facilitar os subsídios para as indústrias estrangeiras teve o êxito da modernização do parque industrial nacional, mas a concentração dessas empresas no Sudeste atraiu para as zonas industriais uma parcela da população rural de todo o país, bem maior do que a necessidade de vagas, contribuindo assim para o surgimento de favelas e o aumento da violência urbana.

A partir de 1968, as empresas internacionais voltam a investir no Brasil, apoiados por uma conjuntura nacional e mundial muito favorável. Foi o período conhecido como o “Milagre Brasileiro”. O Brasil teve altos índices de crescimento industrial, mas continuou dependente do capital internacional e da sua alta tecnologia.

O governo do presidente Geisel, de 1974, implantou a terceira fase de substituição das importações baseado na implantação de indústrias de máquinas e de seus insumos básicos (aço, alumínio, petroquímica, dentre outros). Porém, ao valorizar as empresas estatais e privadas nacionais terminou desagradando as “donas do pedaço” que pouco contribuíram para o projeto Brasil Potência. Nesse período, o petróleo teve seu preço quadruplicado, desestruturando boa parte do projeto e agravando a inflação (100 % em 1981).

O período da ditadura militar – 1964 a 1984 – dá continuidade a essa relação de dependência da economia brasileira ao capital internacional e não difere das outras nações dependentes no eixo da América Latina. Nelas foram implementadas, principalmente, “reformas” nas instituições nacionais – a exemplo da previdência pública e da educação, em todos os níveis, sob o comando do acordo MEC/USAID (instituto

americano) –, e construíram a infraestrutura de malha viária, imprescindível à expansão das grandes indústrias automoto-
ras instaladas no Brasil.

A economia brasileira nacionalista tem seus últimos suspiros com os acordos internacionais a partir da década de 1980, tal como o Consenso de Washington, impondo a implantação das diretrizes do neoliberalismo e comprometendo o patrimônio e as riquezas nacionais através das privatizações das empresas públicas, subsidiando as corporações internacionais com negócios no Brasil. As relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores foram precarizadas, sendo terceirizadas e desregulamentadas as conquistas trabalhistas. O governo do presidente Collor de Mello nos anos de 1990 sela o compromisso de implementar o receituário neoliberal, que segue com os governos subsequentes de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff.

O caso da industrialização do Ceará pressupõe entender a expansão da economia cearense, que, de acordo com Viana (2011), pode ser contada por três momentos: a) O inicial, estudado como a Fase espontânea, que vai dos fins do século XX até o final da década de 1950; b) A Fase de Intervenção Planejada, compreendida entre 1950 e 1987; e, c) A fase da “Guerra Fiscal” a partir de 1987 até hoje.

O primeiro momento está associado ao crescimento urbano de Fortaleza. Antigo lar dos índios potiguares e tabajaras, onde a história da cidade se inicia com a ocupação das terras cearenses pelos portugueses quase cem anos depois do descobrimento do Brasil. As primeiras tentativas esbarraram numa gama de problemas, tais como: a falta de atrativos econômicos, a aridez do solo, as fortes correntes marítimas que dificultavam a navegação e a agressividade nos nativos.

Logo após a expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, aparecem espalhados pelo Caribe novos centros produ-

tores de açúcar, mais produtivos e competitivos que os nordestinos. Esse novo mercado acentuou a crise no preço do açúcar regional contribuindo para o surgimento de um novo cenário econômico, deslocado do litoral para os sertões – conhecido como o ciclo do gado.

As rotas de pastoreio baiano e pernambucano iam até o Maranhão e passavam no interior do Ceará. Entre paradas para abastecimento, principalmente nas áreas ribeirinhas dos rios Jaguaribe e Acaraú, os sertões cearenses foram sendo ocupados por currais e povoado pelos fazendeiros e seus vaqueiros.

Na dinâmica do sertão cearense, o mesmo fazendeiro que criava o gado cuidava simultaneamente da lavoura algodoeira, plantava o algodão para obter ração e exportava o excedente. Em virtude da Guerra da Secessão, guerra civil americana ocorrida entre 1861 e 1865, grande parte da produção americana decaiu, e há no Ceará um incremento ao cultivo do algodão com vistas à maior exportação para as indústrias têxteis inglesas, e, assim, grandes áreas de vegetação nativa são substituídas por algodoais.

A inauguração da Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité, em 1873, moderniza o transporte e conduz a produção do sertão até a capital. A ferrovia foi construída principalmente por flagelados da seca, embora os trens não fossem para transporte de passageiros, o que nos faz entender que as benfeitorias eram favoráveis aos interesses capitalistas e não como infraestrutura necessária a população.

A cidade de Fortaleza, embora não fosse a mais expressiva à época em relação a Aracati, Icó ou Sobral, se consolidou de vez como o principal centro urbano da província, tanto por ser a sua Capital, a sede administrativa, quanto por estar condicionada a coleta e exportação do algodão e do couro. A partir de 1860, o porto de Fortaleza se liga comercialmente com os portos mais importantes do país e os da Europa.

Nos períodos de negociação da safra de algodão, Fortaleza se enchia de produtores vendendo suas mercadorias e comprando “o necessário e o supérfluo”. Os recursos oriundos da exportação aumentaram a renda dos comerciantes, latifundiários e capitalistas locais que por sua vez passaram a importar mais. Muitos negociantes estrangeiros fixam-se em Fortaleza aproveitando o bom momento comercial. Essa nova elite propicia intensa transformação urbana. Alimentadas pelas interferências das mudanças do sistema capitalista, nesse período, novos estabelecimentos comerciais e habitações são construídos com características espelhadas na França, dando um aspecto menos provinciano à capital.

Após a guerra da Secessão, a produção americana se normaliza e o algodão perde valor. O setor algodoeiro se viu em crise, uma das alternativas encontradas para aproveitar a grande produção foi investir no mercado interno com indústrias têxteis nacionais. É importante destacar que a produção têxtil, por ser tecnicamente mais simples, foi a primeira opção industrial nos países subdesenvolvidos. Em 1867, já existiam nove fábricas de tecidos no Brasil, sendo seis no Nordeste. O Ceará ganha sua primeira fábrica em 1883, quando é inaugurada, no centro da cidade de Fortaleza, a Fábrica de Tecidos Progresso, com maquinário inglês, cujos proprietários são os irmãos Antônio e Thomas Pompeu de Sousa Brasil, e o cunhado destes Antônio Nogueira Accioly.

Antes da entrada do século XX, Fortaleza vê surgir novas fábricas: um curtume (com motores a vapor), uma de meias em 1894, e outra de fiação em 1889, fato esse que acontece também nas principais cidades do interior do estado. A estrutura industrial que predominava, aproveitava a produção agrícola local: o algodão para fiação e tecidos grosseiros e seus caroços, além da mamona, a carnaúba e a oiticica para a produção de óleos vegetais, e o couro para vestuário.

As primeiras fábricas estabelecidas em Fortaleza atendiam as necessidades imediatas da população, eram fábricas de sabão, de doces e bebidas, de velas, charutos e rapés, tipografias, metalúrgicas, oficinas de alfaiates, sapateiros e artesões do couro, padarias e farmácias. Para atender a um mercado de baixo poder aquisitivo, essas indústrias tinham baixa produtividade e fabricavam produtos simples com baixo preço. Mesmo assim conseguiram se distinguir por criarem uma classe empresarial e de operários urbanos.

As primeiras plantas e máquinas industriais chegadas ao Ceará, embora oriundas de um *layout* que envolvia o planejamento de produção da época, não traziam mudanças substanciais na forma de construção utilizada no restante do país. O mesmo edifício se adaptava a muitos e distintos usos.

A falta de infraestrutura, (principalmente de energia elétrica), de tecnologia moderna e de investimentos governamentais, contribuiu para tornar as fábricas em atividades obsoletas. É importante esclarecer que os investimentos industriais realizados a partir do início do século XX até os anos de 1950, dependiam do capital de grupos familiares locais, geralmente de grandes comerciantes e fazendeiros.

Em 1888, o engenheiro pernambucano Adolfo Herbster apresenta a terceira das suas propostas para a remodelação de uma cidade com cerca de 27.000 moradores. Influenciado pelo Barão Haussmann, Herbster amplia os limites da cidade para o leste rasgando-a com largas avenidas e criando três *bulevares*⁴ próximos ao centro da cidade: o da Avenida Dom Manuel, da Avenida Duque de Caxias e o da Avenida do Imperador.

⁴ Os *bulevares* criados por Adolfo Herbster foram inspirados nas grandes praças verdes que o Barão Haussmann criou em Paris, na última metade do século XX, e reforma que transformou a Cidade Luz em exemplo mundial de organização e beleza.

Em 1928, a ferrovia atravessa a zona oeste da cidade em direção ao sul do Estado. O empresariado sabia que ela representava o único meio ágil de receber a matéria-prima e de escoar sua produção. Logo, a chegada de novos estabelecimentos industriais ao longo da via férrea transforma a zona oeste no primeiro polo industrial da cidade. O nobre bairro da Jacarecanga é atravessado pela ferrovia, e com a chegada das indústrias, das habitações operárias, dos cortiços e das favelas, assiste ao abandono dos seus bangalôs. A população de baixo poder aquisitivo ocupa as terras públicas ou de áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário por não terem infraestrutura para fixar moradia.

A Siqueira Gurgel Ltda. foi a primeira fábrica de óleo de caroço de algodão em Fortaleza e existe desde 1924, ainda situada na Avenida Francisco Sá, que corta a zona oeste de Fortaleza, saindo do bairro da Jacarecanga até o bairro da Barra do Ceará, onde se instalaram as primeiras indústrias na década de 1920. A partir daí, em 1926, temos a Fábrica Philomeno Gomes, a Indústria Têxtil José Pinto do Carmo, no ano seguinte e em 1928 a Oficina dos Urubus, da Rede Viação Cearense. Na década de 1940, mesmo com a instalação de outras indústrias, como a Brasil Oiticica, o uso dado à Avenida Francisco Sá continuou espontâneo sem intervenções mais significativas do poder público e esta avenida esteve no centro de uma expansão precária de Fortaleza com o nascimento de bairros sem infraestrutura e nem reservas paisagísticas.

Devido à escassez de mão de obra na cidade, e tendo em vista a necessidade de disciplinamento e controle dos trabalhadores, alguns empresários construíram suas próprias vilas operárias incorporando a ideia da familiarização em torno da fábrica. Ali surgiram a Vila São José, da Fábrica Philomeno Gomes, o conjunto habitacional da Indústria Têxtil José Pinto

do Carmo e a Vila dos Ferroviários. Aqueles trabalhadores que não conseguiam casas da empresa construíam seus barracos no Pirambu, intensificando, assim, a população da favela que ali ia se formando. Como revela Villaça:

Uma zona industrial é uma zona de concentração dos empregos dos mais pobres, [...]. A proximidade do emprego industrial não é disputada pelos mais ricos, por isso os mais pobres a disputam. (2012, p. 65).

Em 1931, a Cortez O'Grady & Cia, inicia sua produção de óleo de oiticica neste mesmo espaço da cidade. Em 1934, é inaugurada a Brasil Oiticica S.A., herdeira da Usina Myrian, fundada em 1929, de Carlito Pamplona e Franklin Monteiro Gondim. Anos depois, ela inicia a primeira produção de castanha de caju e no auge de sua evolução, com mais de 1100 funcionários, a Brasil Oiticica para manter sua produção e status de grande indústria teve que fazer um importante investimento comprando um gerador de 90 cavalos de força para extrair água vinda de poços profundos e não interromper seu funcionamento. Ao contrário da Brasil Oiticica, as novas indústrias instaladas nos anos de 1940, continuavam com a mesma estrutura inicial de beneficiamento do algodão, como a Fábrica de Tecidos Santa Cecília do Cotonifício Leite Barbosa, e de produção de óleos vegetais.

As diferenças regionais entre o Nordeste e o Sudeste ficaram acirradas e ainda por volta dos anos 1950, foram adotadas algumas medidas governamentais de cunho regional como a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – instalado em Fortaleza e atualmente ainda responsável pelo crédito a empresas, indústrias e pequenos produtores – e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com sede em Recife/ Pernambuco.

A segunda fase da industrialização cearense, segundo Viana (2011), é contada a partir das diretrizes desenvolvimentistas da SUDENE, logo no início da década de 1960. Os incentivos dados facilitaram as transferências de capital e de algumas unidades fabris do Sul e Sudeste para o Ceará, não mudaram a estrutura industrial existente, mas contribuíram para sua diversificação. Chegaram indústrias metalúrgicas, de material elétrico e de embalagens, ao mesmo tempo em que se ampliavam as atividades de beneficiamento de matérias-primas agrícolas com a instalação de novas unidades fabris.

Contrariando uma das intenções da SUDENE, a tecnologia das novas fábricas não absorveu a mão de obra pretendida, deixando à margem os trabalhadores desempregados e sem expectativas de contrato formal de trabalho remunerado. Portanto, a automação dos processos industriais substituiu gradativamente, desde os anos de 1940, a mão de obra humana por máquinas e tecnologias. O programa da SUDENE concentrou as indústrias nas áreas mais bem servidas de infraestrutura, notadamente nas capitais dos estados. No Ceará, além de Fortaleza, os centros regionais como Juazeiro do Norte, Crato e Sobral foram os mais beneficiados com incentivos.

A partir de 1963, o então governador Virgílio Távora, fiel representante do Coronelismo⁵ no Ceará e na política nordestina, criou o primeiro Distrito Industrial do Ceará, em Maracanaú, no então distrito de Pajuçara. A estratégia do governo e elites fortalezenses era oferecer lotes de terra a preços simbólicos, incentivos fiscais e financiamentos pela SUDENE. Muitas empresas chegaram e grandes unidades foram instaladas,

⁵ A expressão Coronelismo no Ceará representa um ciclo de governos no período da Ditadura Militar que se inicia a partir de 1963 e segue até 1987, onde a indicação do Coronel Virgílio Távora, Governador Gonzaga Mota, rompe com a aliança dos coronéis cearenses: César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora.

embora algumas não tenham ficado no Distrito Industrial em decorrência da falta de infraestrutura básica, tais como: rede de esgoto, vias de acesso e telecomunicações. Assim, a escolha para locação em bairros continuou sendo onde já existiam fábricas de grande porte, tais como nos bairros: Carlito Pamplona, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Monte Castelo e adjacências.

A fase dos Governos da Mudança que proclamou o fim do período dos coronéis, protagonizada pelo governador Tasso Jereissati e o recém-criado Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB surge como o “novo”, que fincado em “velhas” raízes do poder oligárquico, desta vez não mais focalizada no poder local, mas articulado ao capital internacional através das estratégias neoliberais do capital mundializado e da sua dinâmica de controle econômico-social. O Ceará passou a ser o estado brasileiro que mais incrementou o processo de privatização das empresas públicas, sendo o pioneiro na venda da companhia energética – COELCE, no início dos anos de 1990, além de incentivar a criação das Organizações Sociais – OS, como o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, que substituiu a prestação públicas das atividades do Sistema Nacional de Emprego – SINE e do hospital público Waldemar de Alcântara.

Atualmente a expansão de parques industriais em Fortaleza foi pulverizada na região metropolitana em obediência às exigências dos grandes capitalistas por oferta de subsídios fiscais e garantia de infraestrutura necessária a produção e comercialização das mercadorias; hoje, mais recentemente, localizadas nos municípios de Horizonte e no Maciço de Baturité. Assim, proliferaram as chamadas cooperativas de trabalho, como forma estratégica de precarização do trabalho e clara distorção das práticas cooperativistas dos trabalhadores enquanto alternativas coletivas de sobrevivência e de organização política.

Considerações Finais

O projeto de modernidade com fundamento na industrialização se hegemoniza na sociedade do capital e encarna os interesses e necessidades da classe dominante, da burguesia. Vale destacar algumas críticas ao modelo de produção social trazidas por Harvey (1992) identificando a modernidade ao que chama de “destruição criativa”: em que questiona se é possível criar algo “novo” sem destruir o “velho”, ou o que havia antes. Isto sugere que a construção do “novo”, no caso do “moderno”, não significa trazer benefícios universais para todos, que implique em condições e qualidade digna de vida sem qualquer discriminação de classe social. Há uma relação imbrincada entre o “velho e o novo” que busca afirmar o discurso hegemônico da burguesia e homogeneizá-lo como único capaz de conciliar e agregar as classes, permitindo, assim, a acumulação satisfatória e tranquila de capital aos donos e proprietários dos meios de produção. O que se proclama novo não se revela, apenas, no modo de produção, mas na estética das cidades, nos comportamentos socioculturais, na dinâmica das relações sociais e em todas as esferas da vida social sob a lógica do trabalho e de sua produção mercantil.

A perspectiva crítica de Marx em torno do debate sobre o trabalho nos revela que a forma alienada do trabalho, que fortalece a reprodução do capital, foi condicionada estrategicamente pela classe dominante no processo da apropriação e exploração da atividade humana dos trabalhadores. A forma alienada do trabalho se concretiza quando o trabalhador troca sua mão de obra por um valor simbólico do mercado, contudo desconhece as determinações para o exercício e resultado do seu trabalho humano.

Marx ressalta, ainda, que há distinções em torno do trabalho como valor de uso e como valor de troca e defende que



o trabalhador é um ser social, livre, capaz de criar suas formas de produção numa perspectiva emancipatória, de socialização da riqueza produzida e não tê-lo como meio de exploração e escravidão.

Há a óbvia constatação de que o Estado contemporâneo assume a representação social dos capitalistas, enquanto classe dominante, mediando e favorecendo a acumulação do capital através da liberação de recursos públicos sem juros ou subsidiando-os, a concessão e/ou privatização de serviços públicos essenciais através de empresas, OS e outras instâncias do terceiro setor. As articulações políticas de formas ilícitas e corruptas entre os poderes executivo, legislativo e judiciário são cada vez mais nítidas no sentido de manter o controle e reprodução de bens e serviços a partir dos interesses dos grupos da classe dominante.

As análises marxistas sobre a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista postas, em especial, na Introdução à Crítica da Economia Política marcou o debate deste artigo, por entendermos sua validade no contexto da contemporaneidade do capital. Nele percebemos que as construções abstratas sobre as categorias econômicas trazidas pela economia política dos clássicos ingleses tem uma forte conotação ideológica de dominação da classe dominante. Tal como se dá nos dias atuais, significando que, mesmo nos momentos de crises do capitalismo, as formas de controle são redefinidas em função da perpetuação da exploração do trabalho humano e da continuidade do controle dos capitalistas.

As condições de vida da classe trabalhadora no contexto urbano como é o caso do Brasil e de Fortaleza, em favelas e ocupações de territórios urbanos que permanecem insalubres e desprovidos de infraestrutura, acirrados historicamente pela industrialização precária e tardia, ainda, são exemplos visíveis e nítidos do domínio do capital contemporâneo.

No contraponto desta lógica capitalista está em curso, também, a luta de classes com as resistências da classe trabalhadora e suas formas de enfrentamento, enfatizando a importância dos movimentos sociais, que a partir de uma análise crítica da conjuntura, perpassada pelas imprescindíveis discussões marxistas, orientem a organização das lutas por uma ordem social que busque a autonomia e emancipação humana.

Referências Bibliográficas

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos na Industrialização no Ceará. In: SOUZA, Simone et al. *História do Ceará*. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 1994.

BEHRING, Elaine Rosetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BRUM, Argemiro Jacob. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

_____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiolo da, et al. *Ceará: Um novo olhar geográfico*. 2. ed. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2007.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. 6. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LOPES, Marciano *Royal Briar – A Fortaleza dos Anos 40*. Fortaleza: Gráfica Editora Tipoprogresso. s/d.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. O método da Economia Política. In: _____. Para a crítica da economia política. São Paulo: IFCH/ UNICAMP, 1997.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

NOBRE, Geraldo. *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: FIEC, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Frank (Coord.). *História da Moderna Indústria Brasileira*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1986.

SANTOS, Milton. *O Espaço o Cidadão*. São Paulo: Nobel. 1999.

SILVA, José Borzacchiolo da. *A cidade contemporânea no Ceará*. In: SOUZA, Simone, et al. *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

VIANA, Carlos Negreiros. Uma breve história da industrialização cearense. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 2011.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo, Studio Nobel, 2012.